



REQUERIMENTO Nº 2 , 2016

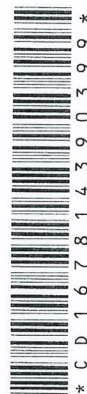
(DO Sr. Ságuas Moraes)

Requer a realização de audiência pública para discussão da Medida Provisória 739/2016.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para oitiva de especialistas e organizações civis atuantes na temática previdenciária abaixo indicados, em data e hora designados por V.Exa., visando apurar o debate sobre a Medida Provisória 739/2016 que "Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, e institui o Bônus Especial de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade", convidando, para tanto os seguintes representantes:

1. Representante da Central Única dos Trabalhadores – CUT;
2. Representante da Fundação de Estudos da Seguridade Social da ANFIP (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil);
3. Representante da Associação Nacional dos Servidores da Previdência e da Seguridade Social (Anasps);
4. Representante da Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social – ANMP;
5. Representante da Associação Nacional dos Aposentados e Pensionistas da Previdência Social – ANAPPS;
6. Representante do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário;





CÂMARA DOS DEPUTADOS

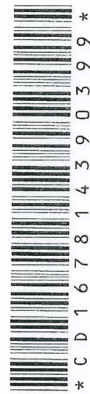
7. Representante da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – COBAP;
8. Diretor Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE;
9. Representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT;
10. Dra Sonia Fleury, professora titular da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas EBAPE da Fundação Getulio Vargas,
11. Dr. Evilásio Salvador, professor da Universidade de Brasília;
12. Eduardo Fagnani, professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP), pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e do Trabalho (CESIT/IE-UNICAMP) e coordenador da rede Plataforma Política Social - Agenda para o Desenvolvimento

JUSTIFICAÇÃO

A oitiva de representantes das entidades da sociedade civil visa permitir ao Congresso conhecer não apenas os termos finais expressados no texto da Medida Provisória, mas a repercussão que as mudanças legais proposta pela MP 739/2016 trarão para os segurados e para os servidores atuantes no sistema previdenciário.

Alguns convidados prestarão relevantes esclarecimentos, inclusive considerando o necessário conhecimento, pelos Parlamentares, do quanto as alterações normativas propostas impactam aos beneficiários do regime, bem como da viabilização em relação ao trabalho dos servidores.

Faz-se necessário o aprofundamento da matéria objeto da Medida Provisória em questão, para a verificação da segurança jurídica

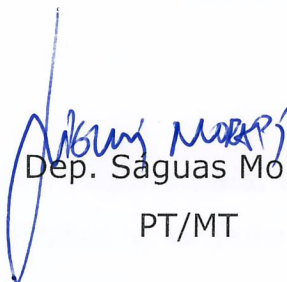




CÂMARA DOS DEPUTADOS

de tais medidas para o sistema previdenciário nacional, pelo que apresentamos o presente Requerimento.

Sala das Sessões, em 04 de outubro de 2016.


Dep. Saguas Moraes
PT/MT

